



Economia - Brasil

APESAR DE CONTROLADA, A DÍVIDA PÚBLICA CONTINUA ALTA E AS VARIAÇÕES DE PREÇOS PRECISAM SER VIGIADAS

TEMAS ESQUECIDOS VOLTAMA INCOMODAR

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O renascimento econômico que o Brasil experimenta nos últimos anos permitiu a retirada de alguns problemas graves das preocupações mais imediatas do governo. Temores de uma nova crise da dívida ou do ressurgimento da hiperinflação, doenças agudas contra as quais o país lutou nos anos 80, estão por hora afastados. Analistas ressaltam, porém, que não é hora de relaxar. Embora sob controle e dentro das metas, a alta no custo de vida não está sepultada. De vez em quando, dão sinais, como ocorre no atual repique. A dívida pública diminuiu um pouco, mas continua muito alta e pode voltar a crescer na esteira do comportamento fiscal leniente do governo, que aumenta gastos num ritmo de 12% ao ano.

O Correio continua a série de reportagens sobre o bom momento econômico brasileiro, analisando alguns dos indicadores que melhoraram nos últimos anos, mas ainda merecem a atenção do governo. "Parafraseando uma sentença famosa, o preço da estabilidade é a eterna vigília. Nenhum governo, muito menos o atual, pode relaxar no firme controle da política econômica. A estabilidade nunca é uma conquista completa, ao contrário do que alguns nomes do governo querem fazer crer. Ela é sempre provisória e precária. Precisa ser confirmada todos os dias por políticas sérias e consistentes", afirma Maílson da Nóbrega, sócio-diretor da consultoria Tendências.

Nos anos 1980, diversos pacotes de medidas heterodoxas tentaram vencer a inflação crescente, maior preocupação da política econômica da época. Depois de um pico mensal de 83%, quando Maílson estava à frente do Ministério da Fazenda, no governo José Sarney (1985-1989), ela subiu ou baixou por força da aplicação de teorias que usavam os brasileiros como cobaias. Depois do Plano Real, a última tentativa de estabilização, a inflação cedeu, com a moeda nacional atrelada ao dólar. Caiu de 22,41% em 1995 para 1,65% em 1998, alcançando nível de país desenvolvido. Com o ataque especulativo ao real, o governo teve que abandonar a âncora cambial em 1999 e a inflação pulou para 8,94%.

A inflação chegou a 12,53% em 2002, quando a desconfiança dos investidores quanto aos planos do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva elevou o dólar a quase R\$ 4. De lá para cá, com a política monetária apertada do Banco Central (BC), ela voltou a se comportar, mantendo-se dentro da meta de 4,5%.

O maior indício de que a guerra contra a inflação ainda não está vencida, apesar dos avanços, é a própria conduta do BC, que não baixa a guarda. Depois de cortar os juros por dois anos, diminuindo a taxa básica (Selic) de 19,75% ao ano para 11,25%, o BC suspendeu a medida por temer os efeitos inflacionários do aquecimento econômico, da crise financeira internacional e do aumento dos gastos governamentais.

"A economia brasileira está muito mais aberta, o que impede aumentos descontrolados de preços. Mas a inflação ainda pode subir por crises externas ou choques de oferta, principalmente de alimentos. O governo não tem controle sobre isso. Então, é melhor agir com cautela", alerta Carlos Thadeu Filho, do Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista Márcio Holland, coordenador da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, destaca a "convergência" da inflação a níveis compatíveis com os de países mais desenvolvidos. "É uma mudança fantástica, que

não pode ser jogada fora. Eventuais pressões localizadas não podem comprometer esse avanço", diz.

Setor externo

Para Carlos Thadeu Filho, a dívida pública ainda está alta, mas nada que lembre a crise dos anos 80, quando o país foi obrigado a decretar a moratória dos pagamentos externos. Depois de um pico de 52,36% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, a dívida líquida do setor público vem caindo seguidamente e deve fechar 2007 em 43,7%. Mesmo com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), os planos do governo são de manter o superávit primário (economia no orçamento para pagar juros) em 3,8% do PIB, o que deve permitir uma dívida abaixo de 40% em 2010. "A trajetória continua declinante, mas o tamanho do débito público ainda é muito grande e preocupante", diz.

Apesar do discurso oficial, os analistas de mercado desconfiam da promessa de Lula de manter o equilíbrio fiscal. Desde que Guido Mantega substituiu Antônio Palocci no Ministério da Fazenda, há quase dois anos, os gastos do governo têm crescendo. Neste ano, as despesas estão subindo a um ritmo de 12,5%. Em consequência de uma política de contratações e aumentos salariais, a folha de pagamentos do funcionalismo inflou, atingindo 4,47% do PIB neste ano. As despesas totais do Tesouro Nacional vêm aumentando continuamente desde 2003, chegando a 9,81% do PIB. Além disso, o governo ainda não sabe como compensar as perdas de R\$ 40 bilhões com o fim da CPMF. Ou seja, o cenário fiscal inspira cuidados.

Em contraposição, se há uma área em que o governo não encontra problemas de curto prazo é a externa. Com o real forte, um notável resultado comercial e o refinanciamento da dívida externa, o desempenho externo é o destaque da política econômica. "Com reservas internacionais de quase US\$ 180 bilhões, as vulnerabilidades estão bem contornadas. A dívida externa praticamente desapareceu e as transações correntes estão em equilíbrio", afirma o economista da UFRJ. O estoque da dívida externa líquida chegou a ser de 32,7% do PIB em 2002, baixando aos saltos até atingir 0,3% em novembro. Depois de um déficit de 4,32% do PIB em 1999, as transações correntes passaram a ter superávit a partir de 2003.

Revolução mental

"O Brasil parece ter encontrado um caminho de mudanças estruturais. Vamos entrar em 2008 com muitos dos problemas antigos sob controle. Coisas como o crescimento do mercado de consumo são a ponta do iceberg. O país está se preparando para crescer de forma mais saudável", assegura Márcio Holland. Para Maílson da Nóbrega, o Brasil passa por uma "revolução mental", cujos elementos são: abertura da economia, intolerância com a inflação, evolução das instituições políticas e econômicas, fim das medidas heterodoxas, câmbio flutuante, previsibilidade da política monetária e consenso sobre a necessidade de orçamentos ajustados. "O governo não pode mais fazer o que quer. Se fizer coisas erradas, será punido pelos mercados. Isso ajuda a manter as coisas no caminho certo", afirma.

AMEAÇAS LATENTES

O ritmo de crescimento dos preços e o endividamento do governo diminuíram, mas ainda preocupa

